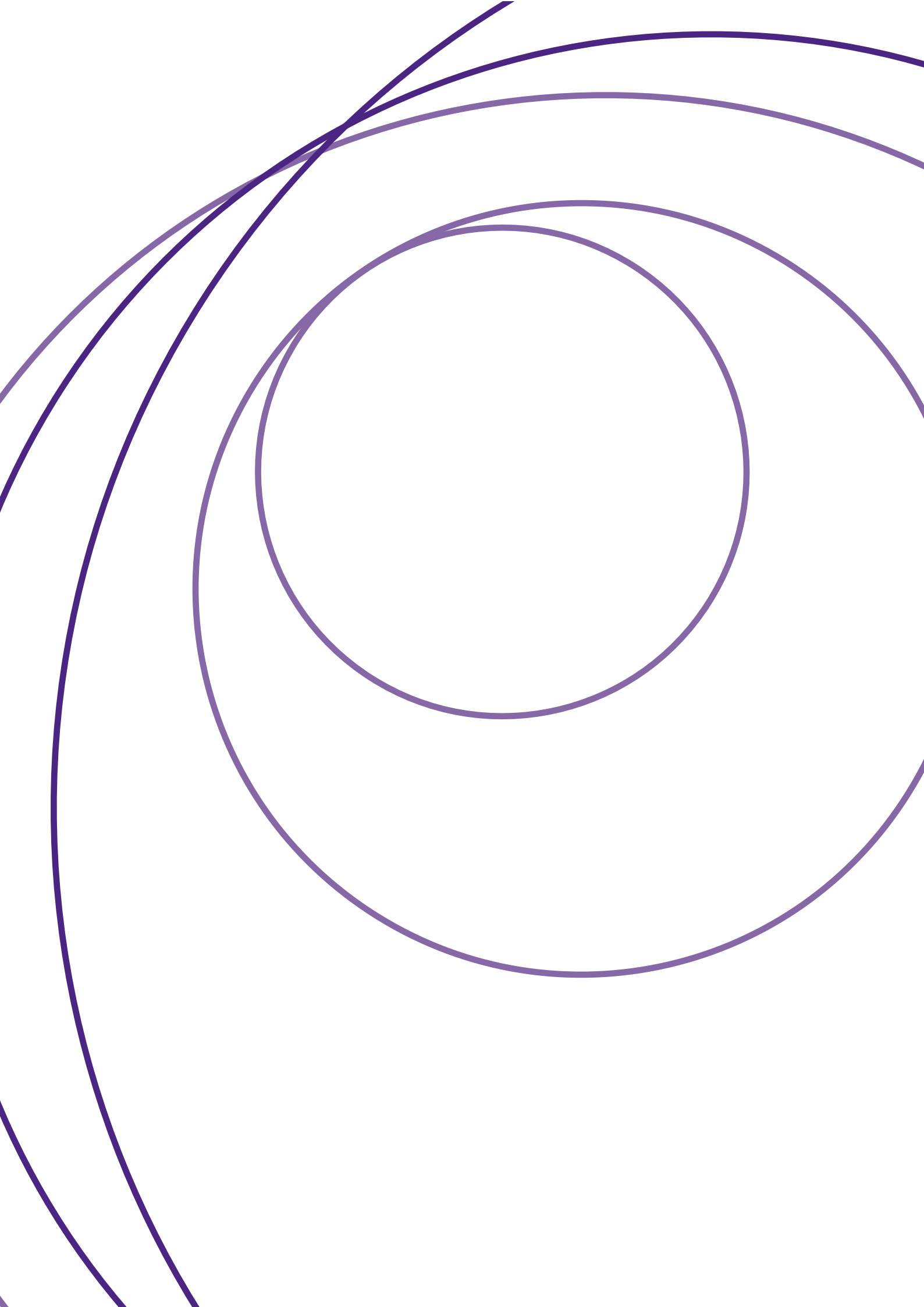
Brasil – Cone Sul

Estratégia Regional 2020-2024

#MundoEmComum

AFD
AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

1. APRESENTAÇÃO DA ZONA BCS: DESAFIOS COMUNS APESAR DAS DISPARIDADES 5

1.1 Um sistema de governança descentralizado 7
1.2 Países de renda intermediária 7
1.3 O crescimento das classes médias 7
1.4 Problemas de competitividade e de produtividade econômica 8
1.5 Reprimarização 8
1.6 A crise do Estado-Providência 9
1.7 Aceleração das mudanças climáticas e perda de biodiversidade 9
1.8 Uma alta e crescente urbanização 10

2. DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES NA ATUAÇÃO DO GRUPO AFD NA ZONA BCS 11

2.1 Por uma transição territorial e ecológica exitosa 12
2.1.1 Promover a mobilidade urbana 12
2.1.2 Ampliar o acesso à água potável e aos serviços de saneamento 12
2.1.3 Manejo sustentável dos solos e dos ecossistemas 13
2.1.4 Acompanhar o acesso à moradia digna 13
2.2 Por uma transição energética exitosa 13
2.3 Uma ação focalizada na transição econômica e financeira e na transição política e cidadã 14
2.3.1 A transição econômica e financeira 14
2.3.2 A transição política e cidadã 14

3. ATUAR NO NÍVEL REGIONAL E TRANSFRONTEIRIÇO 15

3.1 FONPLATA, CEPAL e IDFC: parceiros-chave para as atividades sub-regionais 16
3.2 Apoiar uma colaboração forte entre as Direções Regionais à altura das dimensões da Amazônia 16
3.3 Desenvolver as ações transfronteiriças 17

4. PERSPECTIVAS FINANCEIRAS 18

5. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA 20

5.1 Desenvolvimento das energias renováveis na Argentina 21
5.2 Agricultura sustentável e gestão dos recursos naturais no Brasil 21
5.3 Desenvolvimento do Norte e do Nordeste brasileiros 22
5.4 Reflexões sobre o financiamento dos entes subnacionais brasileiros e argentinos 22
5.5 Plataforma sub-regional para estabelecimento de relações e trocas entre parceiros 23
5.6 Prospecção, comunicação e responsabilidade 23

6. ANEXO 24

Balanço das atividades do Grupo no período 2015 – 2018 na zona BCS 25

LISTA DAS SIGLAS 27

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a estratégia da Direção Regional Brasil Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai), criada em setembro de 2017 e sediada em Brasília. A estratégia abarca o período 2020-2024 e a sua elaboração é fruto de consulta interna no Grupo AFD. Também foi revisada pelas representações diplomáticas da França na Argentina, no Brasil e no Paraguai.

A estratégia desenvolve na região Brasil Cone sul (BCS) o Plano de Orientação Estratégica (POE) do Grupo AFD[1], o *Marco de Atuação Regional América Latina* (*MAR AML*)[2], os diversos *Marcos de Atuação Setoriais*, além dos documentos estratégicos internos da PROPARCO aplicados a cada um dos países onde está presente. Ela está disponível online junto com o Marco de Atuação País Brasil (MAP).

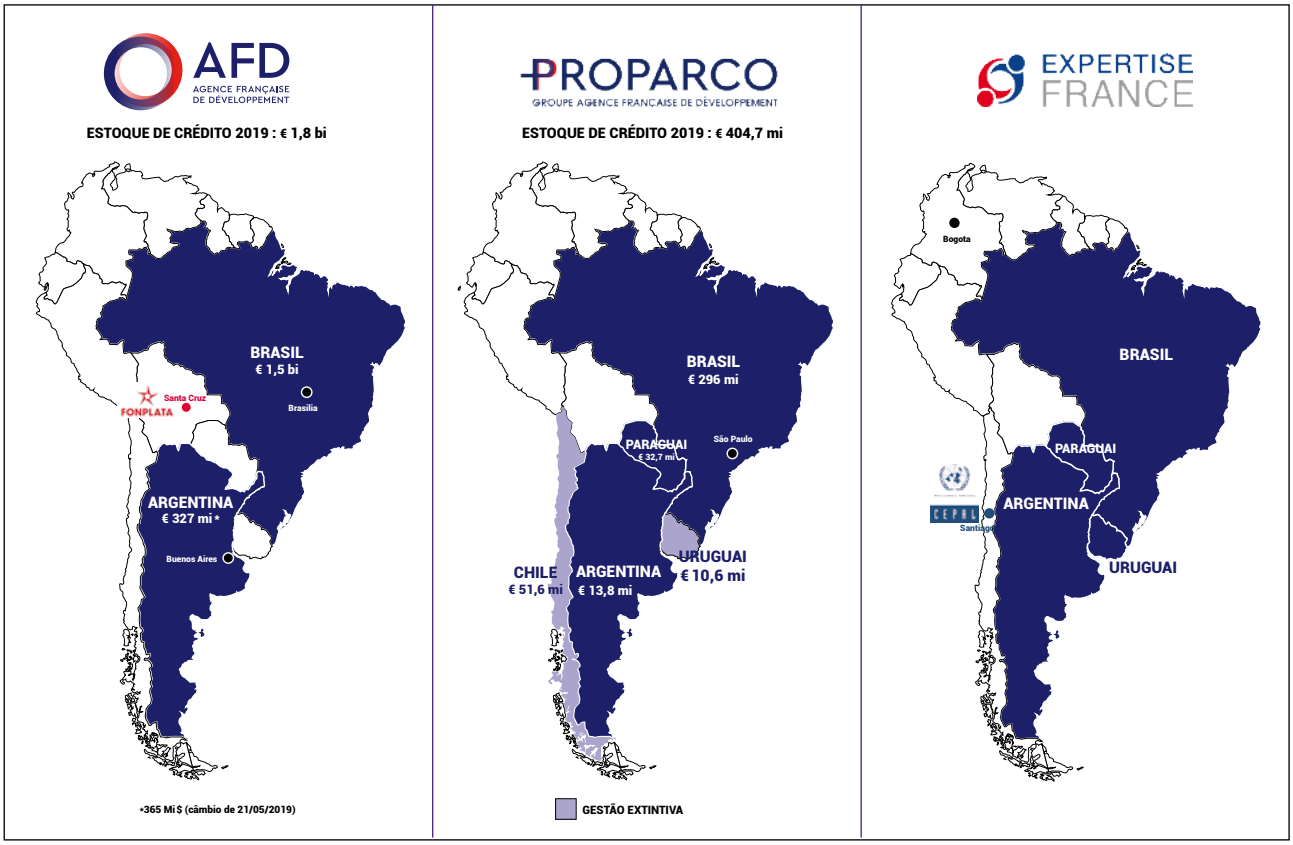
O grupo AFD como um todo atua nos três países – Brasil, Argentina, Paraguai – de acordo com as modalidades decorrentes dos mandatos que recebeu (figura 1):

• A AFD possui um mandato nos países elegíveis à ajuda pública ao desenvolvimento (conforme a lista estabelecida pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento), e nos quais recebeu do Comitê Interministerial da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (CICID) a autorização para atuar: Argentina e Brasil

• Por sua vez, a PROPARCO, que financia o setor privado, possui mandato em todos os países da região elegíveis à APD (lembrando que Chile e Uruguai não o são mais).

• Com a perspectiva da futura incorporação da Expertise France no Grupo AFD, as suas atividades na sub-região são contempladas neste documento.

Figura 1 – Presença das entidades do Grupo AFD e da Expertise France na zona BCS



Fonte: Grupo AFD

[1] Em 2018, o Grupo AFD (AFD e PROPARCO) empreendeu uma revisão aprofundada do seu corpus estratégico e adotou o seu novo Plano de Orientação Estratégica (POE) para o período 2018-2022 que detalha para o Grupo como um todo as diretrizes da política francesa de coop eração internacional e de desenvolvimento. O POE traduz os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seis grandes transições e cinco compromissos e é ajustado geograficamente de modo a definir e implementar uma trajetória de desenvolvimento própria para cada território, país e região.

[2] A estratégia "América Latina" abrange a área geográfica que se estende do México à Argentina, inclui Cuba, por razões geopolíticas, e exclui os países do Caribe. As três estratégias regionais América Central, Andes e Brasil Cone Sul correspondem a essa distribuição geográfica.

1.

APRESENTAÇÃO DA ZONA BCS: DESAFIOS COMUNS APESAR DAS DISPARIDADES

Indicadores-chave

	Argentina	Brasil	Chile*	Paraguai	Uruguai*
Número de habitantes (2018)	44,5 mi	209,5 mi	18,7 mi	7 mi	3,5 mi
Variação do PIB (2018-2019) PIB nominal em % ALC (2019)	-2,3% 8,75%	1,2% 35,81%	2,5% 5,49%	1,7% 0,74%	0,9% 1,09%
PIB/habitante (2019, US$ correntes)	US$ 10.006	US$ 8.717	US$ 14.896	US$ 5.415	US$ 16.690
IDH (2019)	0,830	0,761	0,847	0,724	0,808
Coeficiente de Gini (2018)	0,414	0,539	0,444	0,462	0,397
Balança comercial francesa (2018)	+ € 234 mi	+ € 1.085 mi	+ € 628 mi	+ € 34 mi	+ € 66 mi
Participação multilateral	G20; Mercosul; Fonplata	G20; Mercosul; Fonplata	Aliança do Pacífico	Mercosul; Fonplata	Mercosul; Fonplata
Financiamentos aprovados AFD (2017-2018) % AML (2009-2018)	€ 311 mi 4%	€ 1,9 bi 19%	–	–	–
Contratações da PROPARCO (2008-2018) % BCS (2008 – 2018)	€ 38,6 mi 4,7%	€ 602,7 mi 74%	€ 69,1 mi 7,9%	€ 63,6 mi 7,8%	€ 42,3 mi 5,2%

* Nota: Chile e Uruguai deixaram a lista dos países elegíveis à ajuda ao desenvolvimento do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD); em ambos, a PROPARCO se limita a acompanhar as operações em andamento sem realizar novas contratações.

Fonte: Banco Mundial, indicadores do Banco Mundial, https://data.worldbank.org/

Juntos, Brasil e Argentina representam 260 milhões de habitantes e um PIB de US$ 2.300 bilhões, isto é, metade da população e do PIB da América Latina como um todo. Estados federais democráticos, desempenharam um papel pioneiro na construção de um Estado-Providência e na emergência e no desenvolvimento de classes médias. Durante muito tempo, pareceu que não havia limites à apropriação e à exploração do espaço. A inserção internacional de ambas as economias permaneceu limitada (se comparada com outros emergentes). O setor primário (agronegócio) é hoje o principal trunfo desses países.

A construção de uma organização regional – o Mercosul – do qual são membros os três países em pauta, participa da dinâmica de integração regional e sub-regional latino-americana. O Mercosul é uma das suas realizações mais avançadas (tarifa externa comum, acordos com outros blocos regionais, instituições comuns), apesar das recorrentes tensões políticas entre seus membros.

Características compartilhadas e desafios comparáveis justificam plenamente a abordagem regional adotada pela AFD. Tal abordagem precisa conciliar o objetivo global de combate ao aquecimento climático com a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às desigualdades. Dado o tamanho desses países, a escala mais pertinente de atuação é a subnacional, junto aos bancos de desenvolvimento e às empresas locais.

1.1. UM SISTEMA DE GOVERNANÇA DESCENTRALIZADO

Brasil e Argentina são duas Repúblicas federativas, compostas respectivamente por 26 estados e 23 províncias, além de uma capital federal. Os governos federais dos dois países enfrentam o problema da equidade, em um espaço político marcado por consideráveis disparidades socioeconômicas. Além disso, as limitações fiscais os obrigam a praticar o às vezes chamado "federalismo cooperativo", em especial em matéria tributária, que se reflete em uma queda de receita para os entes subnacionais.

Quanto ao Paraguai, trata-se de um "Estado unitário descentralizado" no qual determinadas competências são outorgadas pela autoridade central às autoridades locais.

1.2. PAÍSES DE RENDA INTERMEDIÁRIA

O Brasil registrou uma década de avanços econômicos e sociais, entre 2003 e 2014, alavancada por um excepcional ciclo das matérias-primas e taxas de juros internacionais favoráveis. Ao longo desse período, 29 milhões de pessoas saíram da pobreza e as desigualdades recuaram consideravelmente (aumento da renda de 7,1% em média para os 40% mais pobres[3]). A seguir, o Brasil passou por um período de acentuada recessão entre 2015 e 2016, que deteriorou a situação econômica e social do país. As perspectivas de expansão voltaram então a ficar positivas com um crescimento esperado do PIB da ordem de 2% em 2020[4]. Entretanto, os efeitos da Covid-19 provocaram uma recessão sem precedente, com uma expectativa de queda do PIB de 9,1% em 2020, de déficit fiscal em 16% do PIB e de aumento da dívida pública que deve alcançar 102,3% do PIB, de acordo com o FMI. A despeito das medidas fiscais visando minorar o impacto social da crise, devem se aprofundar as desigualdades econômicas e sociais. O dinamismo da retomada em 2021 não deve ser suficiente para anular as perdas de 2020, com um crescimento estimado pelo FMI em 3,6%.

A situação econômica e social é mais complexa na Argentina. O país está ao mesmo tempo enfrentando uma recessão desde 2018 e registrando uma aceleração da inflação (47,4% em 2018 e 53,8% em 2019), tendo como efeito o aumento da pobreza que se explica pela destruição dos empregos e, mais amplamente, pela queda de poder aquisitivo. A taxa de desemprego passou de 7,2% no 4° trimestre de 2017, para 8,9% no 4° trimestre de 2019 e a taxa de subocupação, de 10,2% para 13,1% no mesmo período. Por outro lado, a pobreza passou de 7,74% da população em 2017, para 9,56% em 2018, de acordo com o Banco Mundial[5]. A CEPAL, que lança mão de metodologia própria[6], está prevendo um aumento da pobreza de 26,7% da população em 2019, para 37,5% em 2020, como consequência de uma recessão em 10,5%.

No Paraguai, uma certa diversificação da estrutura produtiva ajudou o país a resistir à queda dos preços das matérias-primas e coloca a economia do país em uma situação relativamente favorável com relação à região do Cone Sul, oferecendo perspectivas de crescimento voláteis, porém positivas.

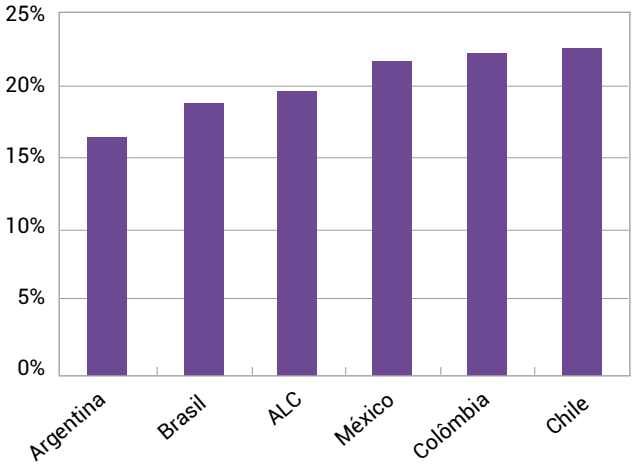
1.3. O CRESCIMENTO DAS CLASSES MÉDIAS

A expansão da classe média no Brasil ganhou novo impulso a partir dos anos 2000, totalizando cerca de 55% da população e alçando o país na média dos países latino-americanos[7]. Entretanto, esta classe média é caracterizada pela grande heterogeneidade, bem como pela polarização entre um reduzido segmento abastado (17%) e uma parcela significativa que permanece vulnerável à volta para a pobreza.

[3] Banco Mundial (2019), Revisão do Brasil, https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview
[4] OCDE (2019), *Brazil Economic Outlook*.
[5] US$ 5,50 ao dia pela paridade do poder aquisitivo.
[6] https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44314/1/S1800852_es.pdf
[7] CLÉMENT, M., Y.-A. FAURE, J.-P. BERROU, F. COMBARNOUS, D. DARBON et E. ROUGIER (2018), "Anatomie de la classe moyenne brésilienne : identification, caractérisation et implications pour les politiques publiques", Papiers de recherche AFD, n° 2018-67, Juin.

Na Argentina, a classe média, embora seja uma das mais robustas da América Latina, não para de perder espaço há três anos, dando lugar a estratos sociais de renda mais baixa. O Grupo AFD está atualmente desenvolvendo um estudo sobre a classe média na Argentina similar ao que foi realizado no Brasil com o propósito de conhecer melhor as suas características e as implicações sobre as políticas públicas. Os resultados do estudo são esperados para o início de 2021. Na Argentina, como no Brasil, a crise da Covid-19 pode ampliar ainda mais a erosão da classe média e arrastar o segmento mais frágil de volta à pobreza.

Investimento em % do PIB – Comparações regionais – média 2002-2016



1.4. PROBLEMAS DE COMPETITIVIDADE E DE PRODUTIVIDADE ECONÔMICA

Déficit crônico de infraestruturas, custo elevado do capital e da mão-de-obra e complexidade do sistema tributário caracterizam o "custo"[8] tanto brasileiro como argentino. Ao contrário dos países do litoral pacífico da América do Sul, mais liberais, a política comercial e industrial na Argentina e no Brasil é marcada por um elevado grau de protecionismo, até mesmo de dirigismo, limitando hoje o seu futuro econômico.

O Brasil padece, em especial, de um ambiente comercial pouco competitivo, de uma fragmentação do seu mercado, da baixa concorrência nacional e do baixíssimo nível de investimento em infraestrutura (da ordem de 2% do PIB). A competitividade argentina, que se situa na média dos países latino-americanos e é a última entre os países do G20, também decaiu nos últimos anos, prejudicada pela instabilidade macroeconômica, apesar das numerosas iniciativas do governo para tentar melhorar a atratividade do país. O Paraguai é a economia mais aberta, comercialmente, entre as cinco economias do Mercosul, amplamente alicerçada no setor agroindustrial e, em grau menor, na venda de energia elétrica à Argentina e ao Brasil.

1.5. REPRIMARIZAÇÃO

A partir dos anos 2000, o aumento da cotação das matérias-primas e o crescimento dos volumes exportados, atendendo especialmente à demanda chinesa, estimularam uma reprimarização das economias da América do Sul. Isto se reflete, por exemplo, na participação dos bens primários ou pouco industrializados nas exportações argentinas, brasileiras e paraguaias, respectivamente de 67%, 62% e 89%, em 2017[9].

O Brasil, terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas (atrás apenas dos Estados Unidos e da UE) foi atingido em cheio pela queda dos preços das commodities em 2015-2016. Embora tenha resistido melhor em um primeiro momento à degradação do ambiente externo, a Argentina está enfrentando uma situação macroeconômica delicada por conta da crise das suas finanças públicas. Já o Paraguai depende fortemente da sua produção agrícola, 63% de suas exportações são oriundas do setor agroindustrial e as exportações do setor primário representam em média 20% do seu PIB.

[8] O "custo" representa as dificuldades inerentes à instalação de empreas em um país emergente.
[9] OMC, *World trade profiles 2019.*

1.6. A CRISE DO ESTADO-PROVIDÊNCIA

A abordagem baseada na sustentação da demanda interna que prevaleceu tanto na administração do Partido dos Trabalhadores no Brasil (2002-2016), quanto no período kirchnerista na Argentina (2003-2015), ensejou muitos avanços sociais durante mais de uma década. Tal modelo encontra-se hoje gravemente ameaçado: a dívida brasileira alcançou 90% do PIB em 2019 e se aproximará dos 100% em 2024[10]. Na Argentina, a dívida pública somou 80,7% do PIB no segundo trimestre de 2019 mas superará os 90% até o fim do ano como consequência da forte desvalorização do peso ocorrida no mês de agosto[11].

Para atingir o equilíbrio fiscal primário em 2019, e no bojo de um acordo standby com o FMI (empréstimo de 57 bilhões de dólares em junho de 2018, dos quais US$ 44 bi já foram sacados), o Presidente argentino Maurício Macri lançou um programa de ajuste fiscal e aumentou impostos. Embora a esta altura os gastos sociais tenham sido blindados, o elevado nível da dívida e um déficit fiscal ainda significativo prenunciam uma contenção da despesa pública na próxima década, principalmente se considerarmos as negociações que o governo Fernandez pretende conduzir com o FMI.

No Brasil, o teto dos gastos começou por reduzir o investimento público. Também está impactando os gastos sociais. A reforma da Previdência, que devia proporcionar uma economia de 230 bilhões de euros ao longo da próxima década (o equivalente a 12% do PIB de 2018), está longe de ter corrigido as desigualdades de um sistema fiscal regressivo (o imposto de renda representa 5% da renda das famílias e a contribuição dos 10% mais ricos permanece muito limitada). A crise da Covid-19 colocou de volta em primeiro plano a questão do amparo aos mais vulneráveis e reabriu o debate sobre a reforma tributária.

Os dois países reagiram de forma muito diferente à pandemia de Covid-19. A Argentina adotou medidas de restrição da mobilidade e buscou "despolitizar" o tema. O Brasil foi – e continua sendo – dividido entre o posicionamento do Presidente (que nega a realidade da pandemia, critica as medidas de isolamento social, promove a cloroquina, etc.) e o de muitos prefeitos e governadores, favoráveis às medidas de confinamento. Os números do contágio e dos óbitos refletem os efeitos dessas políticas. Ambos os países enfrentam os efeitos econômicos e sociais da pandemia. Neste quesito, é mais forte e mais eficiente a resposta brasileira, alicerçada em fundamentos econômicos e financeiros mais robustos do que a Argentina, em especial no que tange à mitigação dos impactos sociais da recessão.

1.7. ACELERAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PERDA DE BIODIVERSIDADE

Brasil e Argentina são especialmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e à aceleração da extinção massiva das espécies. Ambos compartilham desafios, como o esgotamento dos recursos hídricos, eventos climáticos extremos e a erosão do litoral. A Argentina está entre os países do mundo que mais perderam área florestal nos últimos 25 anos.

As projeções climáticas até 2050 na região deixam antever:

• uma diminuição das chuvas nos dois terços norte do Brasil, no extremo Norte do Paraguai e no oeste argentino, mas um aumento das precipitações nas outras regiões;

• o aumento das chuvas violentas em todo o Brasil, no Paraguai e no norte da Argentina;

• uma ampliação dos períodos de estiagem na metade do Brasil e no norte da Argentina, com as temperaturas aumentando +2°C;

• uma elevação do nível do oceano dentro da média mundial: cerca de 35 cm, e 100 cm em 2100.

[10] FMI, *World Economic Outlook Database* (abril de 2019).
[11] Ministério das Finanças.

Essas mudanças irão perturbar atividades econômicas essenciais, potencializar os riscos climáticos, em especial as inundações, e fragilizar a biodiversidade.

O Presidente Bolsonaro voltou atrás na sua promessa de campanha de sair do Acordo de Paris, no qual o país determinou objetivos ambiciosos (redução das emissões de 37% até 2025). No entanto, mantém a intenção de intensificar a exploração da floresta amazônica, os índices de desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiro tendo voltado a subir. O Brasil tem uma responsabilidade de destaque na preservação da biodiversidade já que os diferentes biótopos do país hospedam cerca de 20% das espécies do planeta. A reação política internacional e doméstica provocada pelos incêndios na Amazônia conduziu as autoridades federais brasileiras a mobilizar mais recursos para a preservação da floresta amazônica, movimento cujos resultados ainda precisam ser avaliados.

1.8. UMA ALTA E CRESCENTE URBANIZAÇÃO

Argentina e Brasil têm em comum uma alta taxa de urbanização, que se aproxima dos 90% da população, além de uma forte pressão demográfica e fundiária nas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, que contam com 19,5; 15 e 12,8 milhões de habitantes, respectivamente.

Embora parcialmente compensado pelo dinamismo de cidades localizadas no interior como Brasília, Córdoba e Mendoza, este desequilíbrio espacial impõe uma série de desafios como o congestionamento do trânsito e dos meios de transporte, poluição, insegurança, além das desigualdades sociais, econômicas e espaciais.

> *“**Argentina e Brasil** têm em comum uma alta taxa de urbanização, que se aproxima dos 90% da população, um desequilíbrio espacial que apresenta uma série de desafios.*

2.

DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES NA ATUAÇÃO DO GRUPO AFD NA ZONA BCS

De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o POE 2018-2022 e as prioridades identificadas pelo Marco de Atuação Regional América Latina, a DR BCS tem por finalidade promover a transição ecológica e a justiça social nas trajetórias de desenvolvimento. Este objetivo contribui para a ambição do Grupo de ser 100% Acordo de Paris sobre o clima e 100% vínculo social. O Grupo zelará para que cada uma das suas operações seja compatível com uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono e resiliente, e procurará potencializar os impactos positivos para o combate às mudanças climáticas. Também se empenhará em fortalecer o vínculo social, em especial combatendo as desigualdades territoriais e sociais, dando atenção especial às desigualdades entre as mulheres e os homens.

Com relação às seis formas de transição promovidas pelo Grupo AFD e considerando os desafios de desenvolvimento da sub-região, as atividades da DR BCS seguirão dois eixos prioritários de atividades:

➔ A transição territorial e ecológica.

➔ A transição energética.

Paralelamente, os financiamentos da DR BCS focarão em atividades capazes de fazer frente aos desafios da transição econômica e financeira e da transição política e cidadã.

Uma integração transversal dos desafios de justiça social nos projetos financiados

Uma série de atividades da DR, em andamento ou previstas, tratarão de fortalecer o vínculo social ("100% vínculo social") que funcionará como um eixo transversal de ação para o conjunto das atividades da DR.

Além disso, a atividade da Expertise France contribuirá para este objetivo através dos programas financiados pela UE:

– o programa SOCIEUX +, a Expertise France fornece assistências técnicas no campo da proteção social e de políticas de emprego;

– o pilar "Políticas de igualdade de gênero" do programa EUROsociAL+, executado pela Expertise France, que visa reforçar as políticas públicas de igualdade de gênero em 18 países latino-americanos (entre os quais a Argentina, o Brasil e o Paraguai).

2.1. POR UMA TRANSIÇÃO TERRITORIAL E ECOLÓGICA EXITOSA

O sucesso da transição territorial e ecológica está no cerne da estratégia do Grupo AFD na região. A carteira da AFD no Brasil já está contribuindo para a estratégia clima do Grupo AFD (70% de cobenefícios climáticos). Estão sendo contemplados os seguintes eixos de trabalho operacionais:

2.1.1 Promover a mobilidade urbana

Na linha da estratégia do Grupo, a AFD e a PROPARCO continuarão colaborando estreitamente nos projetos de mobilidade urbana que envolvem recursos privados e públicos e que, com isso, podem constituir oportunidades de atuação conjunta. Este eixo de trabalho diz respeito ao ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Desse modo, quando for pertinente, serão consideradas a formulação de propostas de financiamento elaboradas em conjunto pelas entidades do Grupo AFD, assim como o acompanhamento dos interesses franceses. A AFD trabalhará para mobilizar o Fundo Verde para o Clima, em especial no tocante ao projeto regional de desenvolvimento da mobilidade elétrica.

2.1.2 Ampliar o acesso à água potável e aos serviços de saneamento

Ainda são baixos os índices de acesso ao saneamento básico: 39% no Brasil e 26% na Argentina[12]. O manejo integrado e a preservação dos recursos hídricos bem como o acesso à água e ao esgoto continuarão sendo uma prioridade para a AFD na zona BCS no âmbito do ODS 6 – Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. Trata-se de setores com alto potencial para as empresas francesas.

[12] Relatório JPM UNICEF – OMS 2017, *https://washdata.org/sites/default/files/documents/reports/2019-05/JMP-2017-report-final.pdf*

Este setor assumiu um espaço relevante na carteira argentina com o programa de melhoria dos serviços de água e esgoto que está sendo implementado no norte do país além das demandas oriundas de diversas províncias da região (Santa Fé, Córdoba e Mendoza, por exemplo). A adoção de um novo marco legal do saneamento no Brasil pode abrir novas possibilidades operacionais, inclusive para propostas de financiamento conjunto entre entidades do Grupo AFD.

O Grupo focará prioritariamente nas áreas economicamente menos desenvolvidas, em especial no Nordeste brasileiro.

2.1.3 Manejo sustentável dos solos e dos ecossistemas

Parte significativa das atividades será voltada para a utilização dos solos, particularmenteno Brasil onde a agricultura e a agroindústria ainda são setores chave da economia (cerca de 25% do PNB e 40% das exportações). Neste cenário, revela-se primordial o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável. Embora existam diversas iniciativas públicas e privadas, muitas vezes falta apoio técnico, financeiro e/ou político. A AFD começou a trabalhar na Amazônia brasileira (projeto TerrAmaz). Sua atuação visa atender às necessidades "clássicas" de desenvolvimento, fundamentais para o ecossistema regional (como, por exempo, o saneamento básico), ao mesmo tempo em que incentiva modos de produção sustentáveis compatíveis com os ecossistemas florestais. Esta ação contribui para os eixos estratégicos definidos pela França, em conosonância com a Aliança sobre as florestas tropicais. Soma-se a outros financiamentos patrocinados pela França, como o Natural Capital Lab do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Francês para o Meio ambiente Mundial (FFEM), que lideram várias iniciativas na sub-região.

A AFD também desenvolverá ações na área do manejo sustentável dos ecossistemas no Nordeste brasileiro e nos pampas (Brasil e Argentina).

Por sua vez, a Expertise France está coordenando, no âmbito do programa EUROCLIMA+ na América Latina, o fortalecimento da cooperação regional, o diálogo e o aprendizado sobre abordagens inovadoras de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, por meio de uma proposta que visa preservar a biodiversidade e aumentar a resiliência das comunidades locais, entre outros objetivos.

O desenvolvimento dessas atividades contribui para o alcance do ODS 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis) e 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade).

2.1.4 Acompanhar o acesso à moradia digna

As consequências sociais da Covid-19 ameaçam aprofundar as desigualdades e forçar o retorno de parte da classe média à condição de pobreza. A AFD poderá apoiar projetos de acesso à moradia desde que gerem cobenefícios climáticos (possibilidade de financiamento na província de Córdoba, na Argentina, interesse manifestado em várias ocasiões pela Caixa Econômica Federal brasileira).

2.2. POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EXITOSA

O desenvolvimento das energias renováveis alternativas e o progresso da eficiência energética seguirão sendo prioridades fortes para o Grupo AFD na Argentina e no Brasil. Estas atividades estão alinhadas com o ODS 7 (Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos) e o ODS 13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos).

No Acordo de Paris, a Argentina estabeleceu para si o ambicioso objetivo de 20% de energias renováveis alternativas na sua matriz de geração elétrica até 2025 (meta de capacidade instalada de cerca de 10 GW) contra 2% no final de 2016. Se o Governo atual balizar seu discurso sobre a questão da recuperação do sistema produtivo e do emprego, tendo em vista principalmente a crise econômica que o país atravessa, uma retomada sustentável será um objetivo a atingir e o Grupo AFD continuará oferecendo todos os seus instrumentos na Argentina:

➔ A AFD concede linhas de crédito verdes aos bancos públicos para financiar projetos de energias renováveis.

➔ A PROPARCO financia os promotores de projetos RenovAr[13] e poderia (1) fazer o mesmo com os projetos MATER[14] ; e (2) subscrever *green bonds* de bancos privados, no intuito de promover esse tipo de projetos.

Com uma capacidade elétrica instalada composta por 68% de energia hidrelétrica, os desafios no Brasil são consideráveis para diversificar um parque altamente exposto ao risco de estiagem, promover novas fontes de energias renováveis e apoiar a inovação tecnológica.

➔ Apoiada na parceria mantida com o BNDES, a AFD acompanhará as políticas públicas brasileiras de desenvolvimento das energias renováveis e de promoção da eficiência energética (linhas de crédito não soberanas aos bancos e financiamentos diretos às empresas públicas do setor).

➔ A PROPARCO dará continuidade ao seu apoio às iniciativas privadas com financiamentos de capital imobilizado e/ou complementares aos oferecidos pelas instituições públicas de fomento locais, além de ações visando facilitar a mobilização dos mercados de capitais.

➔ Projetos de eficiência energética das prefeituras também serão contemplados.

2.3. UMA AÇÃO FOCALIZADA NA TRANSIÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E NA TRANSIÇÃO POLÍTICA E CIDADÃ

2.3.1 A transição econômica e financeira

A política de parceria com os bancos públicos é elemento chave da implementação da estratégia da AFD nessa região. Será continuada e ampliada, tanto com os bancos federais (BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil no Brasil; e BICE na Argentina) quanto com os bancos estaduais (BRDE, BDMG) ou das províncias e com as associações de bancos (ABDE). Os financiamentos e a cooperação técnica a eles atrelada darão apoio às estratégias ODS/clima dos parceiros. Em complemento, o Grupo prosseguirá no seu apoio às iniciativas privadas nessas áreas por meio das operações da PROPARCO junto aos bancos locais, com foco em temáticas tais como a agricultura e a agroindústria e o clima.

Tratativas estão em curso com a CEPAL para a celebração, no segundo semestre de 2020, de um Protocolo de Entendimento visando o lançamento de uma cooperação nas áreas de (i) modelização macroeconômica de baixo carbono (projeto GEMMES), (ii) financiamento para a transição energética e (iii) transição justa e estímulo ao emprego.

Por fim, as muitas colaborações com o setor bancário também ensejam reforçar a atenção ao gênero nas práticas dos diferentes atores e apoiar a inclusão profissional das mulheres. Na Argentina, a AFD está e continuará trabalhando com o BICE em um programa de empreendedorismo feminino.

2.3.2 A transição política e cidadã

Na Argentina e no Brasil, a AFD seguirá acompanhando as reformas estruturais iniciadas a fim de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos por meio da boa gestão dos gastos e investimentos públicos e a busca por sinergias com o setor privado.

Desse modo, a AFD está apoiando as províncias argentinas no aprimoramento do seu desempenho em matéria de governança financeira na modernização da sua administração e dos seus sistemas de cadastro. Está acompanhando a província de Santa Fé na elaboração do primeiro orçamento sensível ao gênero já para o exercício 2021, iniciativa inédita entre as províncias argentinas (fora CABA). Mais amplamente, a atenção ao gênero nas práticas das políticas públicas é uma diretriz promissora da atuação da AFD na Argentina considerando o apoio político dado ao tema tanto a nível nacional quanto local. Por fim, a PROPARCO está oferecendo um apoio pontual em questões de governança para empresas privadas.

[13] O programa RenovAr visa dotar a Argentina de 10 GW de capacidade de geração de energia renovável até o final de 2025.
[14] Mercado a prazo no setor das energias elétricas renováveis – *Mercado a Término de las Energías Renovables* (MATER).

3.

ATUAR NO NÍVEL REGIONAL E TRANSFRONTEIRIÇO

3.1. FONPLATA, CEPAL E IDFC: PARCEIROS-CHAVE PARA AS ATIVIDADES SUB-REGIONAIS

Tanto na Argentina como no Brasil, o Grupo AFD associou-se com instituições multilaterais presentes na zona BCS (Banco Mundial, BEI, BID, CAF) e suas subsidiárias dedicadas ao setor privado. Além disso, o Grupo atua no âmbito de uma série de instituições sub-regionais para realizar ações multipaíses.

Assim, o FONPLATA atua como ator financeiro para promover o desenvolvimento de projetos estratégicos na bacia do Rio de Plata, que inclui três países de atuação da AFD na América do Sul (Argentina, Bolívia e Brasil). Em abril de 2018, a AFD concedeu uma linha de crédito de US$ 20 milhões ao FONPLATA que, além de permitir o seu fortalecimento em questões regionais como as mudanças do clima, permite à AFD reforçar a sua ação e a sua visibilidade em uma zona onde a sua presença ainda é relativamente recente. A colaboração com o FONPLATA também permite dar prosseguimento às operações na Argentina.

A cooperação entre a França e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem por objetivo i) apoiar tecnicamente a implementação das iniciativas de desenvolvimento sustentável no âmbito do programa de trabalho da Comissão, e ii) facilitar a troca de expertise e a realização de ações comuns para favorecer a implementação do Acordo de Paris e a execução das CND dos países da região. A AFD poderá apoiar essas atividades nos setores em que atua.

Por fim, a zona BCS está bem representada na rede IDFC: o BNDES (Brasil), o Banco Estado (Chile) e a CAF fazem parte dos 24 bancos nacionais, regionais e bilaterais de desenvolvimento que compõem o IDFC. A adesão em outubro de 2019 do BICE, com o qual uma primeira colaboração acaba de ser firmada, irá fortalecer essa representação. O IDFC comprovou ter sido a plataforma adequada para promover a Agenda 2030 na sub-região, especialmente a transição ecológica e o desenvolvimento urbano sustentável, assim como a contratação de financiamentos não soberanos.

3.2. APOIAR UMA COLABORAÇÃO FORTE ENTRE AS DIREÇÕES REGIONAIS À ALTURA DAS DIMENSÕES DA AMAZÔNIA

Os mecanismos de gestão da terra e das florestas do bioma amazônico padecem da falta de coordenação entre os diversos países envolvidos (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, França – Guiana Francesa – e Brasil). Em sintonia com a *Estratégia nacional de combate ao desmatamento* do Ministério francês da Transição Ecológica e Solidária, a AFD está trabalhando em uma abordagem territorial baseada em um operador regional ou um consórcio de atores para apoiar a dinâmica de desenvolvimento dos entes subnacionais amazônicos, especialmente os municípios. Esses projetos territoriais têm por principal objetivo combater o desmatamento por meio do fortalecimento da sustentabilidade dos sistemas de produção e da pecuária, da promoção da agroecologia e da agroflorestaria e do apoio a políticas e o mecanismos de controle.

Apoiando-se nos Dispositivos de Pesquisa e Ensino em Parceria (DP) desenvolvidos pelo CIRAD com os seus parceiros nacionais e regionais no âmbito do DP Amazônia Florestas, Agricultura e Territórios (Brasil, Colômbia e Guiana Francesa), as DR envolvidas (DR Andes, DR BCS e DR Atlântico) procurarão reunir os diferentes atores e implementar uma coordenação fluida.

Fora da Amazônia, um dos pontos de colaboração com as outras DRs será a rede da ALIDE que reúne os bancos da América Latina, contando com muitos bancos brasileiros e argentinos.

3.3. DESENVOLVER AS AÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A cooperação transfronteiriça é uma singularidade da relação entre o Brasil e a França. A França, com a Guiana Francesa, é o único país europeu que divide mais de 700 km de fronteira com o Brasil. Essa cooperação inclui os setores da saúde, educação e desenvolvimento sustentável. Ela atende às preocupações de ambas as partes relacionadas com os riscos transfronteiriços (imigração clandestina, segurança, garimpo ilegal, risco sanitário) e promove o desenvolvimento econômico, social e cultural entre os dois territórios.Todos os anos, a comissão mista transfronteiriça reúne as autoridades territoriais e nacionais dos dois países para conduzir a cooperação. A abertura da ponte sobre o Oiapoque em 2017 é o resultado mais emblemático dessa cooperação.

A AFD atua a partir da agência de Caiena para apoiar projetos de infraestrutura (telecomunicações, interconexão elétrica). Assim, a Agência contribui para as tratativas relacionadas à preparação do projeto Arco Norte cujo objetivo é a interligação das redes elétricas dos países do platô das Guianas: Brasil (pelos seus dois estados do Norte, Amapá e Roraima), Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Também serão exploradas as pistas de cooperação transfronteiriça entre Argentina e Brasil.

4.

PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

Argentina: em função da evolução da situação econômica, a AFD procurará voltar progressivamente para o nível de aprovações anuais estabelecido desde 2017: € 100 milhões em financiamentos soberanos e não soberanos calibrados em função da demanda dos atores públicos locais, incluindo entes subnacionais capazes de contrair financiamento sem a garantia federal (caso de algumas províncias e bancos públicos). A concessão de financiamentos sem garantia soberana é um verdadeiro trunfo que diferencia a AFD na Argentina pois nenhum dos outros organismos multilaterais presentes no país oferece esta possibilidade. Por sua vez, com base em projetos que estão sendo analisados, a PROPARCO poderá prever cerca de € 250 milhões em novos financiamentos para o período 2019-2020, se a evolução da situação macroeconômica e política do país permitir.

Brasil: conforme as orientações detalhadas na Estratégia Brasil para o período 2018-2022, o nível de aprovações deverá atingir € 1,5 bilhão para a AFD e € 500 milhões para a PROPARCO, ou seja, em cinco anos, o equivalente aos dez primeiros anos de presença (2007-2017).

Paraguai: as perspectivas de atuação da PROPARCO no Paraguai são de cerca de € 70 milhões no período 2019-2020.

> “
>
> ***Atividades da AFD no Paraguai***
>
> *A PROPARCO e a Expertise France estão presentes no Paraguai. A questão de uma eventual atuação da AFD está sendo examinada pelo governo.*

5.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dentro da DR BCS foi lançada uma reflexão coletiva que associa o departamento de América Latina (AML) e as equipes de Brasília, São Paulo e Buenos Aires por meio de seminários semestrais (dezembro de 2017, junho e dezembro de 2018, junho e dezembro de 2019). Esses encontros permitiram identificar seis eixos de trabalho nos quais a partilha de conhecimentos e a realização de ações conjuntas podem potencializar os impactos do Grupo AFD.

5.1. DESENVOLVIMENTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA ARGENTINA

Agravada pela crise atual, a escassa liquidez do setor financeiro argentino, especialmente nas maturidades exigidas por esse tipo de projetos, bem como a atividade limitada dos financiadores internacionais na Argentina dificultam a implementação dos financiamentos necessários para a realização desses projetos. Considerando os objetivos do governo argentino em termos de priorização de projetos que exploram o potencial oferecido pelas empresas locais, bem como o apoio aos setores intensivos em mão-de-obra, o Grupo AFD vai procurar apoiar a emergência das energias renováveis, por meio de:

- financiamentos diretos para os promotores de projetos públicos e privados;
- linhas de crédito disponibilizadas especialmente para bancos locais públicos e privados;
- financiamentos diretos para promotores de projetos MATER (geralmente privados).

Alguns projetos poderiam beneficiar de uma combinação de financiamentos diretos e de repasses disponibilizados pelo Grupo AFD.

As equipes da PROPARCO, que acompanham o processo de desenvolvimento das energias renováveis na Argentina desde o seu lançamento em 2015, permitiram uma compreensão rápida do contexto pelas equipes da AFD. Deve ser dada continuidade a essa permanente partilha de informações para garantir a coordenação e a eficácia da ação do Grupo nesse setor. A longo prazo, além dos projetos atualmente em instrução, a PROPARCO, que está atingindo o seu limite de exposição no programa Renovar, procurará diversificar o risco em benefício de outros setores, tais como a agricultura, as instituições financeiras e as telecomunicações.

5.2. AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO BRASIL

O Grupo AFD, incluindo a Expertise France (programa EUROCLIMA+), procura contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura e de um uso do solo mais respeitosos do meio ambiente e menos emissores no Brasil (agroflorestaria, manejo florestal sustentável) por meio de uma ação coordenada focalizada em:

- fortalecimento do diálogo de política pública com o governo federal, os bancos públicos de desenvolvimento e os entes subnacionais (estados e municípios) sobre esse tema;
- financiamentos para entes subnacionais atrelados a componentes de assistência técnica;
- linhas de crédito disponibilizadas especialmente para bancos locais (públicos ou privados), eventualmente atrelados a assistência técnica;
- financiamentos junto a atores privados;
- cooperações técnicas.

Sendo a agroindústria altamente subsidiada no Brasil, tanto pelo governo quanto pelos financiadores locais e internacionais, o Grupo AFD identificará e se posicionará em setores de nicho, tais como cooperativas e a cadeia de orgânicos.

A bacia amazônica, considerada um reservatório de terras cultiváveis e recursos naturais, está sofrendo muitas pressões que induzem o recuo da floresta e o empobrecimento da biodiversidade. A AFD aprovou o projeto TerrAmaz (com a AVSF, o CIRAD e o ONF International) que visa acompanhar o planejamento sustentável dos territórios, apoiar iniciativas piloto de certificação territorial e de cadeias agrícolas sustentáveis e apoiar o desenvolvimento de mecanismos inovadores de financiamento.

5.3. DESENVOLVIMENTO DO NORTE E DO NORDESTE BRASILEIROS

As regiões Norte e Nordeste do Brasil padecem de atrasos importantes em termos de desenvolvimento econômico e social em relação às regiões Sul e Sudeste. São múltiplas as razões e a diferença continua aumentando devido à concentração do poder econômico no sul do país. O Grupo AFD mobilizará os seus recursos para apoiar projetos que contribuam para o desenvolvimento dessas regiões especialmente no setor de infraestruturas, sejam elas diretamente produtivas (como a energia), ou indiretamente, contribuindo para o desenvolvimento da atividade econômica e o progresso social (transporte, água e saneamento, iluminação pública), em particular no meio urbano.

Essa ação concertada será materializada via:

- fortalecimento do diálogo de política pública com o governo federal e os entes subnacionais (estados e municípios) dessas regiões;
- financiamentos para entes subnacionais, atrelados a componentes de assistência técnica, no âmbito de projetos de desenvolvimento;
- linhas de crédito disponibilizadas especialmente para bancos de desenvolvimento locais públicos, eventualmente atreladas a assistência técnica em apoio a projetos de desenvolvimento dessas regiões;
- financiamentos (ou garantias de financiamentos) para atores privados responsáveis por projetos de infraestrutura nessas regiões, especialmente no âmbito de PPPs.

Além disso, um trabalho específico será realizado conjuntamente entre as diferentes partes para identificar os riscos induzidos pelas PPPs realizadas por entes subnacionais com vistas a tentar estruturar soluções "Grupo AFD" de financiamento (ou garantias) adaptadas.

5.4. REFLEXÕES SOBRE O FINANCIAMENTO DOS ENTES SUBNACIONAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS

A estrutura federal do Brasil e da Argentina dá um papel relevante aos entes subnacionais na implementação das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento. A grande autonomia dos territórios é, por consequência, um elemento chave de orientação da estratégia da AFD na sub-região. Os Estados federais garantem os empréstimos externos tomados pelos entes subnacionais (e os controlam de forma estrita). Alguns entes subnacionais argentinos realizaram emissões de títulos sem garantia.

O financiamento dos entes subnacionais pode sofrer evoluções no Brasil. Isso exige da AFD um monitoramento e um diálogo contínuo com as diferentes partes envolvidas, inclusive com os consórcios de estados e municípios e com os outros financiadores internacionais.

Nesse contexto a Agência realizou várias iniciativas, incluindo o lançamento de uma reflexão com as novas autoridades brasileiras (*a Secretaria do Tesouro Nacional*) sobre o financiamento dos entes subnacionais durante um seminário em março de 2019, e o início de discussões com a CAF sobre a possibilidade de realizar um estudo comparativo Brasil/Argentina sobre o financiamento dos entes subnacionais. Na Argentina também existem discussões

com a CAF para explorar as possibilidades que o setor municipal poderia oferecer em termos de financiamento. Além disso, a Agência desenvolve e mantém um diálogo direto e contínuo com as autoridades locais.

Os pontos acima são objeto de um diálogo constante entre o Grupo AFD e as empresas francesas por meio dos canais habituais (Câmaras de Comércio, CCEF, em contato com a administração do Estado). A França é um dos primeiros investidores estrangeiros na região, especialmente nos setores de energias renováveis e cidades sustentáveis. O tema do saneamento básico também é rico em oportunidades de investimentos futuros.

5.5. PLATAFORMA SUB-REGIONAL PARA ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES E PARCERIAS ENTRE PARCEIROS

Em março de 2018, a DR organizou um workshop sobre o clima, que reuniu os bancos BRDE e BICE, durante a qual o BRDE compartilhou os ensinamentos da sua colaboração nessa temática com o BICE, com quem a AFD acabava de iniciar uma parceria. O workshop também foi a ocasião para o BICE de compartilhar a sua própria experiência na emissão de *green bonds* com o BRDE, que tenciona seguir esse caminho.

Considerando o êxito desta primeira troca de experiências, continuará sendo promovido o estabelecimento desse tipo de relações regionais, especialmente dado que está totalmente alinhado com a lógica da *Mainstreaming Climate Initiative* e do IDFC.

5.6. PROSPECÇÃO, COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A DR, junto com a sede da AFD, dará prosseguimento ao desenvolvimento e à atualização de ferramentas de prospecção e comunicação comuns para o Grupo AFD (fichas de apresentação relativas aos países e região, apresentações transversais ou setoriais, kit comum de prospecção, páginas na internet, etc.), apoiando-se na comunicação fluida entre as equipes e na utilização das ferramentas do Grupo (especialmente La Ruche). Essa troca de informação e ações de comunicação conjuntas continuarão sendo estendidas à "Equipe França" na zona coberta pela DR: Business France (compartilhando previamente a informação sobre os projetos da AFD, PROPARCO e Expertise France), Embaixadas, serviços econômicos, French Tech em São Paulo e Buenos Aires, assim como as empresas francesas.

Além disso, a DR procurará mobilizar mais sistematicamente a Expertise France, a exemplo da implementação do FEXTE sobre a governança das PPPs no Brasil, concedido no fim de 2017 e que foi objeto de várias missões conjuntas AFD – Expertise France no Brasil desde fevereiro de 2018.

Todos os setores de atuação da AFD no Brasil e na Argentina (mobilidade urbana, gestão dos solos e ecossistemas, etc.) correspondem a áreas em que entidades subnacionais francesas possuem tradicionalmente uma expertise: agências de urbanismo, autoridades organizadoras do transporte, parques naturais, câmaras de agricultura, etc. O seu trabalho prévio (planejamento, governança, fortalecimento de capacidades) assim como os modelos e instrumentos que essas entidades desenvolveram são propícios para preparar o caminho dos atores econômicos franceses.

Por fim, na esteira da crescente atenção dada à responsabilidade do Grupo AFD, a DR procurará, sempre que possível e pertinente, consolidar e comunicar os impactos obtidos pelo Grupo na região.

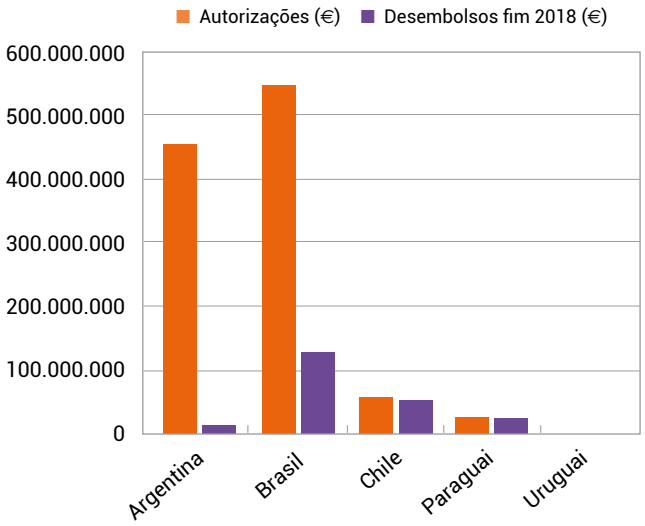
6.

ANEXO

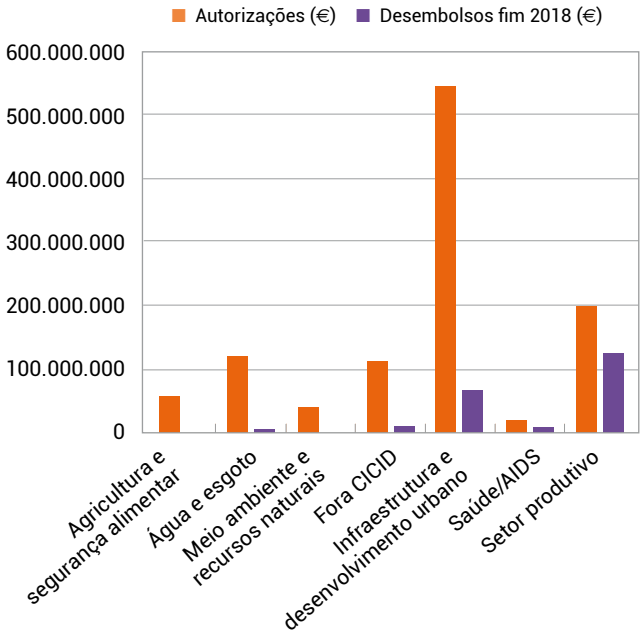
BALANÇO DAS ATIVIDADES DO GRUPO NO PERÍODO 2015 – 2018 NA ZONA BCS

Total das aprovações 2015-2019	**€ 1091 mi**
Total das aprovações com cobenefício climático	**€ 773 mi**
Total das aprovações com cobenefício de gênero	**€ 115 mi**
Total do custo Estado mobilizado	**€ 0 mi**

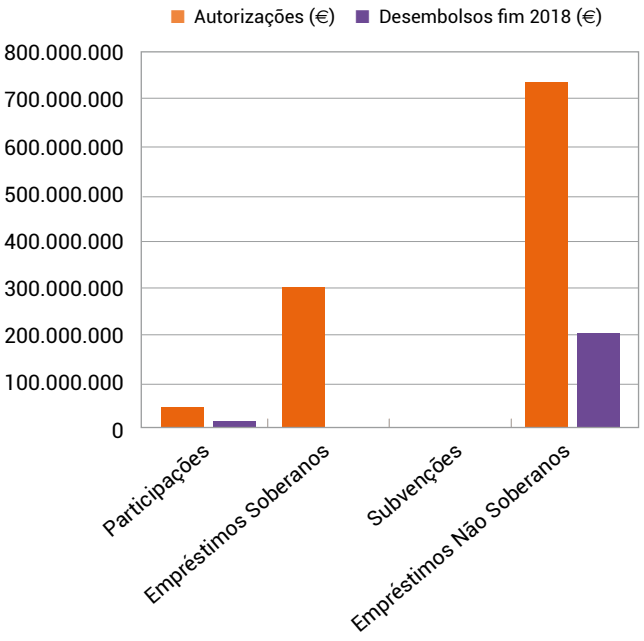
Autorizações e desembolsos do grupo por país entre 2015 e 2018 (em euros)



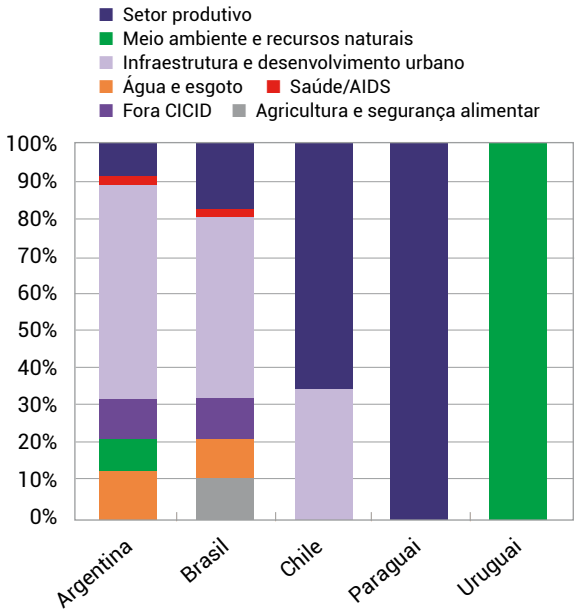
Autorizações e desembolsos do grupo por setor entre 2015 e 2018 (em euros)

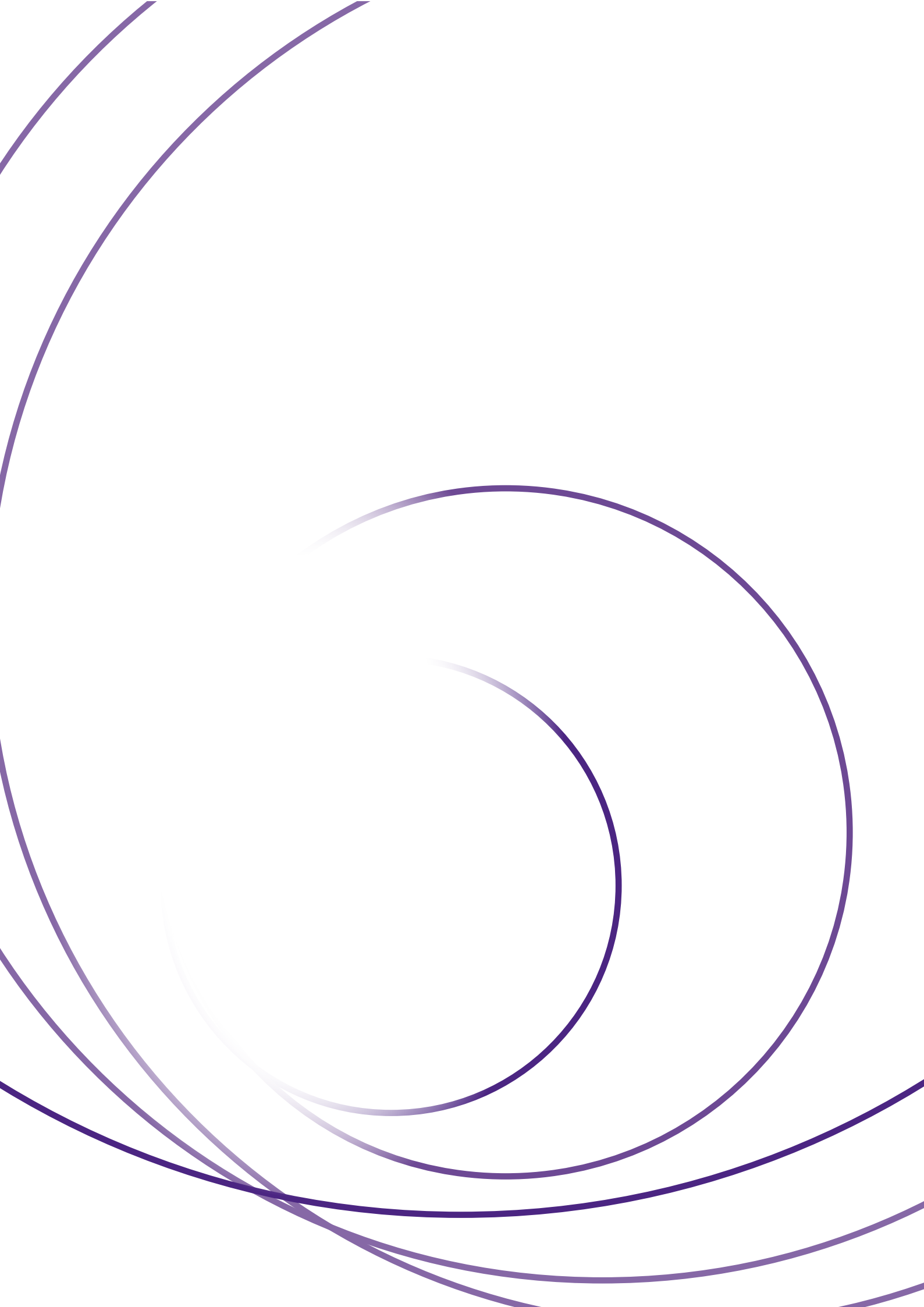


Autorizações e desembolsos do Grupo por instrumento entre 2015 e 2019 (em euros)



Distribuição setorial das autorizações em cada país





LISTA DAS SIGLAS

ALC: América Latina e Caribe

AML: América Latina

APD: Ajuda pública desenvolvimento

BCS: Brasil Cone Sul

BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BEI: Banco Europeu de Investimento

Bi: bilhão

BICE: *Banco de Inversión y Comercio Exterior* (Banco de Investimento e Comércio Exterior)

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul do Brasil

CAD: Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE

CAF: *Corporación Andina de Fomento* (Banco de Desenvolvimento da América Latina)

CAIXA (ou CEF): Caixa Econômica Federal, banco público equivalente à CDC da França

CND: Contribuição Nacionalmente Determinada

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CICID: Comitê Interministerial da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento

DP: Dispositivos de Pesquisa e Ensino em Parceria

DR: Direção Regional

EE: Eficiência energética

ER: Energias renováveis

ES: Ente subnacional

FEXTE: Fundo de Expertise Técnica e Troca de Experiências

FFEM: Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial

FINEP: Financiadora de Inovação e Pesquisa

FONPLATA: *Fondo financiero para el desarrollo de la Cuenca del Plata* (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata)

GIZ: *Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (Agência Alemã de Cooperação Internacional)

ICC: Indústrias culturais e criativas

IDE: Investimentos diretos estrangeiros

IDFC: International Development Finance Club (Clube dos bancos de desenvolvimento não multilaterais)

MAR: Marco de Atuação Regional

MATER: Mercado a prazo no setor das energias elétricas renováveis (*Mercado a Término de las Energías Renovables*)

Mi: milhão

NDB: New Development Bank

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIN: Programa Indicativo Nacional

POE: Plano de Orientação Estratégica

PPP: Parceria Público-Privada

PT: Partido dos Trabalhadores

RSA: Responsabilidade Social e Ambiental

UE: União Europeia

Partner with France™*

*Avec la France

O que é a AFD?

O grupo Agence Française de Développement (AFD) é uma entidade pública que financia, acompanha e acelera as transições para um mundo mais justo e sustentável. Enquanto plataforma francesa de ajuda pública ao desenvolvimento e ao investimento do desenvolvimento sustentável, criamos com nossos parceiros soluções compartilhadas, com e para as populações do Sul.

Nossas equipes estão engajadas em mais de 4.000 projetos nos territórios ultramarinos franceses e em 115 países, em benefícios dos bens comuns da humanidade: o clima, a biodiversidade, a paz, a igualdade entre homens e mulheres, a educação e, ainda, a saúde. Contribuímos, assim, para o engajamento da França e do povo francês em benefício dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Para um mundo em comum.

http://www.afd.fr

Dezembro 2020 | Ferrari | www.ferraricorporate.fr | +33 1 42 96 05 50

AGENCE FRANÇAISE
DE DÉVELOPPEMENT

Tel.: +33 1 53 44 31 31 — Fax.: +33 1 44 87 99 39
5, rue Roland Barthes, 75 598 Paris Cedex 12 — France

www.afd.fr

AFD
AGENCE FRANÇAISE
DE DÉVELOPPEMENT